

A abordagem da intersexualidade no ensino de embriologia em um curso de enfermagem

ARTIGO

Viviane Patrícia Pereira Félixⁱ 

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil

Ivander Pereira da Silvaⁱⁱ 

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil

1

Resumo

O presente artigo trata de uma tentativa de ressignificar o currículo de Biologia, Histologia e Embriologia (BHE) no primeiro ano do curso de bacharelado em Enfermagem de uma universidade pública de Maceió-AL. O ensino tradicional de Biologia/Embriologia comumente discute a experiência intersexual como anormalidade. Diante desse contexto, deparamo-nos com a seguinte questão-problema: como falar de intersexualidade de modo não patológico e dentro de temas tradicionais do currículo da disciplina Biologia, Histologia e Embriologia? A partir dessa indagação, traçamos como objetivo maior refletir sobre as potencialidades de discutir intersexualidade por um viés não patológico em um curso de Enfermagem. Trata-se de uma pesquisa-ação, cuja análise de conteúdo realizada possibilitou constatar que tanto a abordagem como a clínica da intersexualidade na área da Saúde não são integrais, inclusivas e nem assecuratórias dos direitos humanos.

Palavras-chave: Intersexualidade. Hipótese do Gancho. Embriologia.

The approach to intersexuality in the teaching of embryology in a nursing course

Abstract

This article deals with an attempt to re-signify the Biology, Histology and Embryology (BHE) curriculum in the first year of the bachelor's degree in Nursing at a public university in Maceió-AL. Traditional Biology/Embryology teaching commonly discusses the intersexual experience as an abnormality. Given this context, we were faced with the following problem: how can we talk about intersexuality in a non-pathological way and within the traditional themes of the Biology, Histology and Embryology curriculum? Based on this inquiry, we set as our main objective: to reflect on the potentialities of discussing intersexuality through a non-pathological perspective in a nursing course. This is an action Research Project, whose content analysis made it possible to verify that both the approach and the clinic of intersexuality in the health area are not integral, inclusive or guaranteeing of human rights.

Keywords: Intersexuality. Hook Hypothesis. Embryology.

1 Introdução

2

O currículo tradicional da disciplina Biologia, bem como suas ramificações, costuma negar a inconstância do corpo, a diversidade sexual e as identidades de gênero, uma vez que, dentro de uma episteme positivista, representa a “[...] verdade da ciência, que é marcada pela dureza do inatismo do aparato genético, da constituição anatômica, da fisiologia hormonal, dos corpos biológicos imutáveis, geneticamente diferenciados, da oposição binária e mimética entre sexo e gênero” (Santos, 2018, p. 207).

Contudo, essa “verdade”, que tem consistência de natural, aspecto de absoluta, corresponde a uma invenção, haja vista que emerge de um processo discursivo, ou seja, “[...] determinados saberes — inventados por um grupo social hegemônico — passam ‘naturalmente’ a incorporar um currículo – e, por causa disso, passam a ser vistos como saberes universais” (Veiga-Neto, 2004, p. 49).

Em virtude disso, pode-se dizer que o ensino de Biologia e, conseqüentemente, suas ramificações, não correspondem a saberes desinteressados, pois, conforme esclarece Foucault (1987), na qualidade de disciplinas, fabricam indivíduos, uma vez que correspondem a técnicas específicas de um poder modesto (poder disciplinar¹, biopoder²), mas que, segundo Louro (1997), controla os corpos dos sujeitos de um modo mais coletivo.

Nessa invenção, segundo Deleuze e Guatarri (2012), o corpo humano é definido pela forma que o determina, pelos órgãos que possui ou pelas funções que exerce. Ou seja, geralmente é entendido como um conjunto de células que se organizam e formam tecidos que estruturam os órgãos, que por sua vez se harmonizam, dando origem aos

¹ É um poder simultaneamente coercitivo e produtivo, negativo e positivo. Ele molda sujeitos e corpos dóceis, induz comportamentos e regula condutas. Ao mesmo tempo, “aumenta a utilidade econômica” e “diminui a força política” dos indivíduos (Machado, 1993, p. XVI).

² É “um poder que toma os indivíduos como objetos e instrumentos de seu exercício” (Foucault, 1987, p.153). Longe de ser triunfante, é modesto e desconfiado, mas permanente. Manifesta-se em procedimentos cotidianos, distintos dos rituais da soberania e dos grandes aparelhos de Estado.

sistemas. Nos livros didáticos, normalmente apresenta-se sem pelos, numa proporção áurea, é branco, magro e totalmente saudável (Santos; Silva, 2019).

A sexualidade, quando aparece nesses recursos pedagógicos, é limitada a reprodução e se presta a reiteração da heterossexualidade como sua única forma de expressão, postura que desrespeita e desampara o/a estudante que não pertence a essa normatividade (Souza; Santos, 2013).

O gênero, quando não é suprimido nos livros didáticos, diz respeito ao conjunto de atitudes e papéis esperados de alguém com base em seu sexo biológico (Maronn; Rigo, 2022). Ou, então, o gênero é percebido “[...] como propriedade do gene, inscrito nos cromossomos e reduzido aos processos moleculares, mecanismos bioquímicos até a propriedade físico-química de um aminoácido” (Santos, 2018, p. 207 – 208).

De acordo com Santos e Silva (2019), tais conceitos de corpo, gênero e sexualidade são distantes da vida vivida, porém estão próximos das configurações hormonais, reprodutivas e sistêmicas, que corresponde ao primado biológico, “[...] um processo inerte, que certamente nos inscreve em uma ordem de razões e julgamentos de nossas variações, aprisionando-nos, mutilando-nos, mortificando a vida e trancando-nos em uma gaiola patológica” (Santos, 2018, p. 23).

Um exemplo direto disso é a intersexualidade. O ensino tradicional de Biologia, comumente se ausenta de discutir a experiência intersexual como possibilidade sadia e digna de vida humana. Quando o tema surge, em geral, a discussão acaba por reduzir a diversidade não binária em anormalidade, ou seja, atribuindo viés patológico e dos distúrbios aos corpos abjetos.

Diante dessa realidade, faz-se necessário romper com essa lógica, do contrário continuaremos, como bem colocaram Santos e Silva (2019, p. 18), compactuando com um ensino de Biologia “[...] que se presta ao silêncio das multiplicidades no ambiente escolar, sedimentando um currículo pouco sensível e pouco inquieto às experiências outras que (re) existem ao corpo, gênero e sexualidade”.

Mediante o exposto, nos deparamos com a seguinte questão problema: como falar de intersexualidade de modo não patológico e dentro de temas tradicionais do currículo de BHE?

A partir dessa indagação, traçamos como objetivo geral: refletir sobre as potencialidades de discutir intersexualidade por um viés não patológico em um curso de Enfermagem. Como objetivos específicos: compreender que é possível discutir em sala de aula temas silenciados pelo currículo oficial como a intersexualidade; e analisar as potencialidades e limitações de abordar a intersexualidade nas aulas de gametogênese.

Pode-se dizer que o presente texto corresponde a uma pesquisa qualitativa, do tipo pesquisa-ação. Qualitativa, haja vista que “[...] envolve atenção à natureza interpretativa da investigação” (Creswell, 2014, p.51). E pesquisa-ação uma vez que propõe uma ação para transformar as realidades investigadas (Tanajura; Bezerra, 2015). A análise dos dados obtidos baseou-se nos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (2016).

Por fim, convém mencionar que esta pesquisa está organizada em mais cinco seções. Na seção seguinte, são apresentadas as abordagens da intersexualidade existentes. Posteriormente, é exposto o artifício utilizado para tratar de um tema silenciado pelo currículo oficial. Em seguida, é delineada a metodologia desenvolvida para discutir a intersexualidade dentro de temas tradicionais do currículo de BHE. Na sequência são apresentados os resultados e discussões da proposta de aula desenvolvida no curso de Enfermagem. Por fim, são socializados os achados da pesquisa.

2 Abordagens da intersexualidade no contexto educacional

De acordo com Bastos (2019), a intersexualidade é um tema pouco abordado nos livros didáticos de Biologia e se percebe que esse silenciamento se estende para livros de Embriologia também, inclusive de nível superior. Contudo, pode ser um assunto de grande interesse no ensino de Biologia e, principalmente, de Embriologia porque está ancorado nas discussões sobre corpo.

De acordo com a Biomedicina (Bastos, 2019), a intersexualidade corresponde a uma condição patológica, pois é resultado de interações não esperadas para fatores genéticos e hormonais ligados ao sexo na fase pré-natal. Em virtude disso, apresenta diversas conformações de corpos que são socioculturalmente identificados como anormais, pois portadores/as de Anomalia de Diferenciação Sexual (ADS) ou Distúrbio do Desenvolvimento Sexual (DDS) (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Principais condições médicas ou rótulos patologizantes relacionados às pessoas intersexuais

Nome da Anomalia ou Rótulo Patologizante	Causas ou Origem do Estigma	Características clínicas básicas ou Descrições Patologizantes
Hiperplasia Congênita Adrenal	Geneticamente herdada, o que implica o mau funcionamento de uma ou mais de seis enzimas envolvidas nos processos de produção dos hormônios esteroides.	Em crianças, pode causar a masculinização das genitálias ou alterações, que são visíveis no momento do nascimento, se não forem tratadas podem causar masculinização até a puberdade ou no início da puberdade.
Síndrome da Insensibilidade ao Andrógino (também conhecida como Síndrome de Morris quando é completa)	Geneticamente herdada, o que modifica a superfície de recepção da célula em relação a testosterona.	Crianças XY nascem com genitálias muito feminilizadas. O corpo é “cego” em relação à presença da testosterona, as células não fazem uso da testosterona, o que ocasiona o desenvolvimento das características masculinas. Até a adolescência as crianças desenvolvem seios e formas corporais femininas.
Disgenesia Gonadal	Várias causas, nem todas genéticas.	Se refere a indivíduos (em geral, XY) cujas gônadas não se desenvolvem direito. As características clínicas básicas são heterogêneas
Hipospadia	Várias causas, incluindo alterações no metabolismo da testosterona.	A uretra não acaba na ponta do pênis. Em suas formas mais leves, a abertura é “tímida” na ponta do pênis, em suas formas mais moderadas, é alongada até a haste, e, em suas formas mais severas, pode abrir a base do pênis.
Síndrome de Turner	Mulheres com falta do cromossomo X.	É uma forma de disgenesia gonadal em mulheres. Os ovários não se desenvolvem; essas mulheres têm estatura baixa, carência de estrógeno e hormônios do crescimento.

Síndrome de Klinefelter	Homens com cromossomo extra.	É uma forma de disgenesia que causa a infertilidade. Depois da puberdade, frequentemente, o peito e os ombros se alargam, o tratamento inclui terapia da testosterona.
-------------------------	------------------------------	--

Fonte: Adaptado de Bastos (2019, p. 43).

6

Dentro da perspectiva de uma Biologia Cordial, assim compreendida porque baseada no conceito de Ética da Razão Cordial³, proposto pela filósofa Adela Cortina, a intersexualidade é uma possibilidade sadia e digna de vida humana (Bastos, 2019), onde se nasce com características sexuais (genitais, gônadas e padrões cromossômicos) ambíguas.

A partir dessa perspectiva, a pessoa *intersex* (em português “intersexo”), cuja frequência na sociedade encontra-se na tabela 1, é percebida não como anormal, mas como aquela que não se encaixa nas noções binárias de corpos masculinos e femininos. Ademais, “[...] pode ser heterossexual, gay, lésbica, bissexual ou assexual, e pode se identificar como mulher, homem, ambos ou nenhuma das duas coisas” (Nações..., 2019, p. 1), haja vista que a condição *intersex* não influencia sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Tabela 1 – Frequência de casos relacionados à intersexualidade

Causa	Frequência (%)
Não XX ou Não XY	0,0639
Síndrome de Turner	0,0369
Síndrome de Klinefelter	0,0922
Síndrome da Insensibilidade ao Andrógino	0,0076
Síndrome da Insensibilidade ao Andrógino Parcial	0,00076
Hiperplasia Congênita Adrenal Clássica	0,00779
Hiperplasia Congênita Adrenal Tardia	1,5
Agenesia vaginal	0,0169
Hermafroditismo verdadeiro	0,0012

³ É uma comunicação autêntica, que envolve entendimento e sentir comuns, articulando estrutura cognitiva e valores. Desenvolve técnica argumentativa sem perder a sintonia com narrativas e testemunhos de vida. Baseia-se em princípios como a responsabilidade pelos indefesos, o não-manipular e o empoderar os/as afetados/as como interlocutores/as válidos/as (Teixeira; Oliveira; Queiroz, 2019).

Idiopático (causa desconhecida)	0,0009
Total	1,728

Fonte: Bastos (2019, p. 47)

7

Essa tabela contribui para desmistificar a existência de corpos não binários, especialmente em um ensino que reitera a existência apenas de homens e mulheres. De acordo com essa tabela, pode-se dizer que cerca de 0,00076 a 1,5 da população mundial é intersexo. Contudo, as Organizações das Nações Unidas (ONU) atualizam esses dados alegando que, na verdade, aproximadamente 0,5 a 1,7% da população mundial é intersexo, havendo mais de 40 variações dessa condição (Ozório; Pimentel, 2022).

Na próxima seção será explicitado o artifício utilizado para tratar de temas silenciados pelo currículo oficial.

3 A hipótese do gancho curricular no ensino de temas silenciados pelo currículo

Como já foi dito anteriormente, a Biologia, bem como suas ramificações, costuma negar a inconstância do corpo, a diversidade sexual e as identidades de gênero (Santos, 2018). Entretanto, de acordo com Bastos (2019), é possível aos professores e às professoras subverter essa lógica na sala de aula por meio da Hipótese de Gancho Curricular.

De acordo com essa hipótese, os conhecimentos podem ser ancorados uns aos outros, saberes desvalorizados pelo currículo legitimado podem emergir enganchados ou associados a saberes autorizados (Bastos, 2019).

Para a maioria dos professores (Bastos, 2019), o ensino de temas de educação sexual, como é o caso da intersexualidade, entra via gancho por meio da discussão sobre corpo humano em seus aspectos anatômicos e fisiológicos, predominantemente ao se tratar de reprodução humana. Contudo, requer um planejamento coerente para evitar confusões equivocadas ou reforçar ideais normativos e excludentes.

O gancho entre sexualidade e reprodução encontra respaldos na história da construção do conhecimento sobre a sexualidade. Quando associada, porém,

causa uma confusão: a reprodução é apresentada como sinônimo para sexo, o que é inverdade. Primeiro, porque a medicina possibilita outras formas de perpetuar a espécie. Segundo, porque o sexo para nossa espécie não objetiva necessariamente a reprodução. Associar reprodução humana à sexualidade pode ser positivo ao trazer o segundo tema para discussão, mas pode reforçar ideais normativos e excludentes (Bastos, 2019, p. 39).

Partindo dessa ideia, desenvolveu-se uma proposta de aula que possibilitou falar de intersexualidade de modo não patologizante e dentro de temas tradicionais do currículo de Biologia/Embriologia. A proposta de aula, que será melhor apresentada na próxima seção, versou sobre gametogênese, um tema tradicional do conteúdo de Embriologia. Ao falar sobre esse assunto, desenvolveu-se uma discussão sobre corpo, gênero e sexualidade por meio da intersexualidade, o gancho curricular.

4 Metodologia

A proposta didática que trazemos nesta seção ocorreu na disciplina de BHE, mais especificadamente durante o bloco de Embriologia, ou seja, entre novembro e dezembro de 2023, no 1º ano do curso de bacharelado de Enfermagem, em uma universidade pública de Maceió-AL. Nesta turma estavam matriculados/as 41 alunos/as.

Para falar sobre intersexualidade durante o conteúdo de gametogênese, arquitetou-se a aula em duas etapas: a primeira em sala de aula, organizada em três momentos, ocorridos entre 21 e 28 de novembro, e a segunda fora dela, extrassala, programada para 22 de dezembro.

Nas próximas subseções, descreveremos como discurremos sobre intersexualidade nas aulas de gametogênese.

4.1 Rompendo o silêncio (1º momento em sala de aula)

Ao discorrer sobre gametogênese, introduziu-se o assunto tratando da diferenciação sexual, discutindo o tema e enfatizando o papel dos genes e cromossomos

na determinação do sexo, bem como a Embriologia do desenvolvimento dos órgãos sexuais, conforme dita o currículo oficial.

Ou seja, na vida pré-natal, enquanto a criança está se desenvolvendo na barriga da mãe, os gonócitos (células germinativas primordiais) migram da parede posterior do saco vitelino para a região da crista genital ou crista gonadal (Moore; Persaud; Tochia, 2012). Essa crista é indiferenciada até a nona semana de desenvolvimento do indivíduo. A partir daí, conforme explicam os livros de Embriologia (Moore; Persaud; Tochia, 2012), por conta da diferenciação sexual ocasionada pelo sexo cromossômico e pela expressão de genes, ela forma testículo ou ovário.

Sendo assim, se o indivíduo for XY, os gonócitos diferenciam-se em espermatogônias e a gônada em testículo; por outro lado, se o indivíduo for XX, os gonócitos diferenciam-se em ovogônias e a gônada em ovário.

Contudo, como a proposta nesse momento era romper o silêncio e falar sobre intersexualidade, abordou-se que a crista gonadal, em algumas situações, não se diferencia como o esperado e pode gerar diversas conformações de corpos, que corresponderia ao que se entende por intersexo.

4.2 Enfoque Biomédico vs. Enfoque Cordial (2º momento em sala de aula)

Ao trazer à tona a temática da intersexualidade, inicialmente abordamos os conceitos biomédicos e, posteriormente, apresentamos a proposta de uma Biologia Cordial, de modo que os estudantes pudessem perceber as diferenças de tratamento existentes no meio educacional. De acordo com a perspectiva biomédica, a intersexualidade é entendida como uma condição patológica, na qual a pessoa intersexo apresenta diversas conformações corporais consideradas anormais; para exemplificar, foi apresentado o Quadro 1.

Já sob a óptica da Biologia Cordial, a intersexualidade é concebida como uma possibilidade sadia e digna de vida humana (Bastos, 2019), em que o nascimento ocorre

com características sexuais ambíguas que não se encaixam nas noções binárias de corpos masculinos e femininos.

4.3 Trabalhando com a ideia de contextos (3º momento em sala de aula)

10

A fim de chamar a atenção dos estudantes de Enfermagem para os riscos de se manter um ensino de Biologia/Embriologia centrado apenas na descrição do que há ou do que falta nos seres humanos, apresentamos o caso de Adélaïde Herculine Barbin para discussão em sala de aula.

Barbin nasceu na França, no século XIX, com órgãos genitais masculinos e femininos, sendo por isso classificado como hermafrodita⁴. Devido ao pouco desenvolvimento do pênis, os peritos determinaram tratar-se de uma menina, razão pela qual foi encaminhada a um convento. Com o passar do tempo, desenvolveu-se com características masculinas e estabeleceu relações afetivas e de atração com freiras, que também correspondiam a esse afeto. Na idade adulta, em função de seus traços físicos, foi reclassificada pelos peritos como homem. Diante do sofrimento psíquico decorrente da redesignação e da cisão identitária que lhe foi imposta, Barbin acabou por cometer suicídio (Foucault, 2012).

Nessa discussão, evidenciam-se os prejuízos e traumas causados pela Biologia da Caracterização (ou modelo de Lineu), pela redesignação sexual⁵ posterior e pela imposição de uma identidade desvinculada do reconhecimento subjetivo.

⁴ Trata-se de uma estratégia reprodutiva de seres vivos monoicos, que produzem simultaneamente espermatozoides e óvulos, diferentemente dos humanos, que são dioicos. O termo “hermafrodita”, de origem grega, foi amplamente usado pela biomedicina entre os séculos XIX e XX, tornando-se um estigma. Mais recentemente, a medicina passou a adotar a sigla DDS (Distúrbio da Diferenciação/Desenvolvimento Sexual) (Bastos, 2019).

⁵ Conduta terapêutica que prescreve terapia hormonal e cirurgia, destinadas a adequar aparência e funcionalidade da genitália (Santos; Araújo, 2004).

4.4 Fora da sala de aula (momento extraclasse)

Para que os estudantes aprofundassem os conhecimentos discutidos em sala, especialmente na sua área de atuação, e para que pudéssemos analisar as potencialidades e limitações da proposta pedagógica executada em sala, solicitamos, via Google Classroom, um trabalho individual, isto é, uma resenha crítica do artigo *Clínica da Intersexualidade e seus Desafios para os Profissionais de Saúde* (Santos; Araujo, 2003) a ser encaminhada para o e-mail da professora de BHE no dia 22 de dezembro.

Na seção seguinte, discutiremos os propósitos alcançados com a abordagem da intersexualidade nas aulas de gametogênese.

5 Resultados e Discussão

No primeiro momento em sala de aula, chamou-se a atenção para o fato de que os estudantes já haviam se deparado com situações de intersexualidade na educação básica, durante o conteúdo de Genética. Entretanto, ao invés dos/das autores/as falarem abertamente sobre intersexualidade, destacando seus tipos mais comuns na sociedade, optam pelo silenciamento e falam sobre os tipos mais comuns de alterações cromossômicas, impossibilitando uma discussão cordial sobre a pessoa intersexo.

No segundo momento em sala de aula, ao trazer as perspectivas existentes sobre intersexualidade no contexto educacional, procuramos evidenciar que o enfoque biomédico é patologizante e tanto endurece como estratifica os corpos, os gêneros e a sexualidade, transformando-os em uma fundação e prisão identitária (Santos; Silva, 2019).

O enfoque cordial, por sua vez, contribui para uma sociedade mais justa e igualitária, que reconhece as diferentes culturas, as distintas identidades e as diversas possibilidades de experimentar a vida (Bastos; Andrade, 2016).

No terceiro momento em sala de aula, por meio do caso de Barbin, tentamos fazer o estudante perceber que as identidades de gênero e de sexualidade são sempre

construídas e por instituições potentes, como família, escola, igreja, instituições legais e médicas.

Conforme esclarece Butler (2016, p. 242), o gênero “[...] é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos [...] gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos”. A sexualidade, por sua vez, segundo nos explica Foucault (1987), seria uma invenção social, uma vez que sua identidade é forjada a partir de múltiplos discursos sobre o sexo, que tendem a regular, normatizar, instaurar saberes e produzir verdades.

Em outras palavras, buscamos evidenciar que o corpo humano, na prática, não é binário, ou seja, não se reduz apenas às formas masculina e feminina. Ele é plural, sobretudo nas expressões da sexualidade e do gênero. Assim, classificá-lo como anormal, além de limitante — por impedir o reconhecimento de outras biologies, anatomias, fisiologias e genéticas — é também desumano (Santos; Silva, 2019).

No momento extraclasse, durante a análise das resenhas críticas por meio da técnica de análise de conteúdo⁶, constatou-se, a partir dos excertos apresentados, que tanto a abordagem quanto a prática clínica da intersexualidade na área da Saúde não se mostram integrais, inclusivas ou asseguradoras dos direitos humanos fundamentais:

(...) a Teoria da Neutralidade se revela obsoleta, pois negligencia fatores cruciais como influências sociais, culturais e ambientais, os quais desempenham papéis fundamentais na formação da identidade de gênero de um indivíduo (Estudante 8, resenha crítica, dezembro de 2023).

Em suma, a atuação profissional para procedimentos com pessoas com genitália ambígua, requer uma atuação desde o plano de diagnóstico e tratamento até um acompanhamento ao longo do desenvolvimento da criança, principalmente psicossocial... (Estudante 22, resenha crítica, dezembro de 2023).

De início é preciso discutir a violação dos direitos humanos desses indivíduos logo após seu nascimento, uma vez que são submetidos a cirurgias invasivas e sem consentimento para serem encaixados nos padrões expostos pela sociedade. Além disso, foi possível perceber a necessidade do diálogo aberto e a educação da população. É imprescindível educar profissionais de saúde, comunidades e

⁶ Consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações que pode ser organizada em três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 2016).

sociedade em geral sobre a intersexualidade, desafiando estereótipos e preconceitos (Estudante 29, resenha crítica, dezembro de 2023).

A falta de protocolos padronizados e a compreensão limitada sobre o impacto psicossocial dessas condições podem resultar em intervenções inadequadas. Portanto, é crucial para os profissionais de saúde buscar uma compreensão holística, considerando não apenas aspectos médicos, mas também as experiências individuais e os direitos humanos para proporcionar um cuidado eficaz e ético (Estudante 33, resenha crítica, dezembro de 2023).

De acordo com Santos e Araujo (2003), compreender a intersexualidade como uma possibilidade de existência e não como doença/anormalidade possibilita a adaptação integral do indivíduo e sua inserção social, bem como direciona as mudanças que ainda se fazem necessárias na esfera da atuação profissional em saúde.

Contudo, a intersexualidade ainda se configura como um desafio biomédico, jurídico e educacional. Desafio biomédico porque a única resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), que reconhece a condição de uma corporalidade não binária, data de 2003. A resolução CFM 1664/2003 ainda classifica a intersexualidade como uma anomalia, afirmando que “o nascimento de crianças com sexo indeterminado é uma urgência biológica e social”.

O documento supracitado determina que os médicos realizem exames (dosagens hormonais, citogenéticos, imagem e anatomopatológicos) para chegar a “uma definição adequada do gênero e tratamento em tempo hábil”, que inclui cirurgias, a fim de não gerar “drama” para os familiares e “graves transtornos” para o paciente, o que corrobora a Teoria da Neutralidade Psicosssexual ao Nascimento⁷, que desrespeita a autonomia e a dignidade da pessoa humana.

Entretanto, segundo destacam Ozório e Pimentel (2022), a realização de cirurgias apenas para fins de normatização estética e binária não deve ser empregada em crianças,

⁷ A teoria de John Money, J. G. Hampson e J. L. Hampson parte de dois postulados: indivíduos nascem psicosssexualmente neutros e o desenvolvimento saudável depende da aparência genital. Assim, o gênero seria definido sobretudo pelo ambiente social, com menor peso dos fatores biológicos e pré-natais (Santos; Araujo, 2003).

conforme preconiza a Teoria da Tendência Interacionista após o Nascimento⁸, sendo necessário esperar até a fase adulta e/ou quando a variação impõe risco de saúde e morte, segundo postulam a Associação Brasileira de Intersexos (Abrai) e a ONU.

No que tange à legislação, pode-se dizer que precisa avançar bastante para alcançar as necessidades de uma sociedade diversa e plural como a nossa. Somente a partir de 12 de dezembro de 2021, por meio do provimento 122/2021, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a admitir que crianças sejam registradas na condição de sexo ignorado. Portanto, até essa data, a Declaração de Nascido Vivo (DNV) obrigava os responsáveis a declarar no registro de nascimento se o/a bebê era feminino ou masculino (Ozório; Pimentel, 2022).

Apesar de ser a primeira política nacional a abordar o registro civil fora da norma binária, uma vez que inclui a pessoa intersexo, secundariza essa existência ao classificar a criança de sexo ignorado. Tal fato se torna preocupante porque, segundo Ozório e Pimentel (2022), não se adequa ao sistema de políticas públicas brasileiro, pois a previdência no Brasil, por exemplo, só aposenta a pessoa que é feminino ou masculino.

Portanto, fica evidente que o Código Civil precisa ser alterado de forma a desvincular questões existenciais de patrimoniais, garantindo as crianças intersexo a autonomia dos direitos existenciais, como à identidade, ao próprio corpo, ao nome e à imagem, que são direitos ligados à personalidade daquela pessoa.

Por fim, no que diz respeito à educação, é preciso debater a intersexualidade nas instituições de ensino, mas de forma adequada no currículo, ou seja, não patológica. Para quebrar estereótipos, preconceitos e incluir efetivamente pessoas intersexo na sociedade, é necessário apresentá-las como corpos possíveis, para que os jovens possam reconhecê-los e passar adiante, para amigos/as, familiares e demais instituições, a fim de tornar a existência da pessoa intersexo respeitada e valorizada.

⁸ A teoria de Milton Diamond defende que a sexualidade resulta da interação entre predisposições inatas e influências ambientais. Os indivíduos não seriam neutros ao nascer, mas predispostos a interagir de modo masculino ou feminino (Santos; Araujo, 2003).

6 Considerações finais

A tentativa de discutir a intersexualidade por um viés não patológico em um curso de Enfermagem, possibilitou a professora de BHE conhecer mais aprofundadamente a temática e a perspectiva da Biologia Cordial, bem como descobrir novos artifícios, como a Hipótese de Gancho, para discutir temas necessários que são apresentados de forma inadequada no currículo.

Esses conhecimentos possibilitaram à educadora reorientar sua prática. Em vez de abordar os conteúdos programáticos da disciplina sob o primado biológico, indicando apenas o que há ou falta nos seres humanos, ela busca dialogar com aspectos essenciais da dignidade da pessoa humana, visando desconstruir estereótipos e preconceitos e promover o respeito e a valorização da existência de pessoas intersexo.

No que tange aos estudantes, pode-se afirmar que perceberam o quanto a Biologia da Caracterização pode aprisionar, mutilar e até mesmo ceifar a vida humana, assim como reconheceram o fato de que certas abordagens e algumas condutas ainda presentes na clínica da intersexualidade afrontam os direitos da personalidade da pessoa intersexo.

Por fim, os fatores limitantes da proposta de aula foram o tempo e a marginalidade dos temas no currículo oficial. É necessário abordar a diversidade, a identidade sexual e de gênero na formação dos estudantes de Enfermagem continuamente para garantir espaços seguros e livres de discriminação na nossa sociedade, mas, principalmente, para assegurar que os direitos de personalidade da pessoa intersexo sejam respeitados.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, Felipe. “Eu fico meio sem saber como eu vou falar isso assim, do nada”: currículo, diversidade sexual e ensino de biologia. *In*: Teixeira, Pedro Pinheiro; Oliveira, Roberto Dalmo Varallo Lima de; Queiroz, Glória Regina Pessoa Campello

(Organizadores). **Conteúdos cordiais**: biologia humanizada para uma escola sem mordação. 1. ed. – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

BASTOS, Felipe; ANDRADE, Marcelo. Cabe discutir gênero e diversidade sexual no ensino de biologia? In: LIMA-TAVARES, D.; VILELA, M.; AYRES, A.; MATOS, M. (Org.). **Tecendo laços docentes entre ciência e culturas**. Curitiba: Prismas, 2016a, p. 159-183.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade; tradução Renato Aguiar. 10ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 267p.

BRASIL. **Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.664/2003**. Dispõe sobre as normas técnicas necessárias para o tratamento de pacientes portadoras de anomalias de diferenciação sexual. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2003/1664_2003.pdf Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. **Provimento Conselho Nacional de Justiça nº 122/2021**. Dispõe sobre o assento de nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais nos casos em que o campo sexo da Declaração de Nascido Vivo (DNV) ou na Declaração de Óbito (DO) fetal tenha sido preenchido “ignorado”. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original1928372021082061200265ce7e7.pdf> Acesso em: 25 fev. 2025.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**, v. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Sueli Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 7a ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: ética, sexualidade, política. Vol. V. 3 ed. Trad. Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. Introdução. In: Foucault, M. **Microfísica do poder**. 11a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

MARONN, Tainá Griep; RIGO, Neusete Machado. O corpo humano nos livros didáticos de ciências: uma análise discursiva. **RIEcm**. UFT, Araguaína, vol. 02, n. 02, p. 274–293, 2022. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/RIEcm/article/view/14716/20829>. Acesso em: 20 mai. 2024.

MOORE, Keith L.; PERSAUD, T.V.N.; TORCHIA, Mark G. **Embriologia básica**. Tradução Karina Penedo Carvalho et al. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ONU e ativistas brasileiras lembram importância da visibilidade intersexo**. [2019]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/84469-onu-e-ativistas-brasileiras-lembram-import%C3%A2ncia-da-visibilidade-intersexo>. Acesso em: 30 abr. 2024.

OZÓRIO, Júlia.; PIMENTEL, Felipe. Intersexualidade: da tentativa da normatização à invisibilidade. **Humanista**, Porto Alegre, 19 de julho de 2022. <https://www.ufrgs.br/humanista/2022/07/19/intersexualidade-da-tentativa-da-normatizacao-a-invisibilidade/> Acesso em: 25 fev. 2025.

SANTOS, Moara de Medeiros Rocha; ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de. Intersexo: o desafio da construção da identidade de gênero. **Revista da Sociedade Brasileira de Psiquiatria**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, pp. 17 – 28, 2004. Disponível em: <https://revistasbph.emnuvens.com.br/revista/article/view/3> Acesso em: 30 de abr. 2024.

SANTOS, Jamille Bernardes da Silveira Oliveira dos; CARDIN, Valéria da Silva Galdino. Da intersexualidade e da abordagem médica atual à luz dos direitos da personalidade. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 66-90, jan./jun. 2021. Disponível em: Acesso em: 25 fev. 2025.

SANTOS, Sandro Prado. **Experiências de pessoas trans - ensino de Biologia**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação, Uberlândia, 2018.

SANTOS, Sandro Prado; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Experiências de pessoas trans: Corpo, gênero, sexualidade e o Ensino de biologia. *In*: Teixeira, Pedro Pinheiro; Oliveira, Roberto Dalmo Varallo Lima de; Queiroz, Glória Regina Pessoa Campello (Organizadores). **Conteúdos cordiais**: biologia humanizada para uma escola sem mordança. 1. ed. – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

SANTOS, Moara de Medeiros Rocha; ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de. A clínica da intersexualidade e seus desafios para os profissionais de saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 26-33, set. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000300005>

SOUZA, Marcos Lopes de; SANTOS, Beatriz Rodrigues Lino dos. As discussões sobre gênero e diversidade sexual em livros didáticos de Ciências do Ensino Fundamental II. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE INVESTIGACIÓN EN DIDÁCTICA DE LAS CIENCIAS, 9., 2013, Girona. **Anais** [...]. Girona, Setembro de 2013. p. 1949-1953.

TANAJURA, Laudelino Luiz Castro; BEZERRA, Ada Augusta Celestino. Pesquisa-ação sob a ótica de René Barbier e Michel Thiollent: aproximações e especificidades metodológicas. Revista Eletrônica **Pesquisaeduca**. Santos, SP, vol. 07, n. 13, p. 10-23, jan./jun., 2015. Disponível em:

<https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/408>

Acesso em: 30 abr 2024.

TEIXEIRA, Pedro Pinheiro; OLIVEIRA, Roberto Dalmo Varallo Lima de; QUEIROZ, Glória Regina Pessoa Campello (Organizadores). **Conteúdos cordiais: biologia humanizada para uma escola sem mordalha**. 1. ed. – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.); VEIGA-NETO, Alfredo *et al.* **Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...** 2.ed. - Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2004.

ⁱ **Viviane Patrícia Pereira Félix**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0118-373X>

Doutoranda em Ensino pela Rede Nordeste de Ensino (RENOEN/UFAL). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas. Professora-assistente de Biologia, Histologia e Embriologia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas.

Contribuição de autoria: Pesquisa. Escrita.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1676948925860917>

E-mail: viviane.felix@uncisal.com.br

ⁱⁱ **Ivanderison Pereira da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9565-8785>

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Pós-Doutor em Sociologia da Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professor-adjunto da UFAL campus Arapiraca.

Contribuição de autoria: Escrita. Revisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3106780553307514>

E-mail: ivanderison.silva@arapiraca.ufal.br

Editora responsável: Genifer Andrade

Especialista *ad hoc*: Jéssica Louise Benelli e Adelcio Machado dos Santos.

19

Como citar este artigo (ABNT):

FÉLIX, Viviane Patrícia Pereira; SILVA, Ivanderson Pereira da. A abordagem da intersexualidade no ensino de embriologia em um curso de enfermagem. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 7, e15344, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15344>

Recebido em 31 de março de 2025.

Aceito em 09 de maio de 2025.

Publicado em 01 de outubro de 2025.